

A Esfera Pública e a internet

Aparentemente, seria tentador pensar na internet como uma elaboração contemporânea da Esfera Pública, entendida, a princípio, como o espaço democrático de troca de ideias entre cidadãos. A internet, lugar privilegiado para eventual discussão sobre temas de relevância social, se destaca pelas possibilidades de interação entre públicos diferentes, de discutir assuntos de interesse geral e de participação política nos vários sentidos desta expressão.

No entanto, para além dessas aparentes potencialidades, vários outros fatores precisam ser considerados. As interações políticas na internet nem sempre se caracterizam pela democracia; discussões sobre temas de interesse público muitas vezes perdem seu foco, tornando-se espaços de disputas e intrigas pessoais.

Em que condições, de fato, a internet poderia ser um espaço de deliberação política e discussão a respeito de temas públicos? Em outras palavras, em que medida se pode encontrar na internet elementos para considerá-la uma forma digital e conectada da Esfera Pública?

A resposta a essa pergunta, na análise de vários pesquisadores, significa retomar a discussão do conceito original, elaborado por Jürgen Habermas, filósofo alemão, em seu livro *Mudança estrutural da Esfera Pública*, escrito em 1962, e em vários outros textos seus, confrontando-o, quando necessário, com algumas características da internet.

O conceito clássico

A Esfera Pública pode ser entendida como um espaço de discussão e ação social formado na interação entre as pessoas. É um local de conversas no qual assuntos de relevância para a cidade são debatidos, e também da tomada coletiva de decisões a partir da troca de ideias entre cidadãos a respeito de assuntos de interesse geral.

Mais do que um espaço físico, a Esfera Pública é um espaço abstrato, formado na interação entre os indivíduos envolvidos na discussão de temas que lhes dizem respeito. Trata-se dos espaços de deliberação e debate sobre aquilo que interessa à vida pública. Uma maneira de compreender a noção é fazer um paralelo com duas noções próximas, as ideias de “espaço público” e de “opinião pública”.

Os espaços públicos se caracterizam por serem lugares nos quais as pessoas podem se reunir, se encontrar e conversar livremente sobre o que quiserem. Nas democracias, os espaços públicos são os locais de livre manifestação de ideias e opiniões – a “praça pública”. É a partir daí que se poderia falar também em uma “opinião pública”.

A Esfera Pública é o espaço de manifestação de ideias responsáveis pela formação da opinião das pessoas a respeito de determinados temas – em outras palavras, é um dos lugares onde se forma a opinião pública.

Dentre outras características, a opinião pública se destaca por ser não apenas a “opinião do público”, como o nome às vezes sugere, mas também o conjunto de *opiniões discutidas em público*, e, portanto, colocadas para discussão com todos os outros interessados possíveis. Quando um tema é lançado na Esfera Pública ele tende a ganhar visibilidade, pode ser objeto de discussões e, eventualmente, levar à tomada de decisões. Essa discussão só pode acontecer se existirem espaços nos quais a livre manifestação de ideias seja possível.

Não por acaso, Habermas entende que a Esfera Pública está diretamente ligada à democracia. Um de seus fundamentos é o livre debate de ideias entre os cidadãos. A Esfera Pública, nesse sentido, é o espaço abstrato de deliberação a respeito de assuntos diversos de interesse de um público. A troca de ideias e a livre participação dos interessados são elementos fundamentais para a constituição de uma Esfera Pública. Qualquer local de discussão de ideias é, a princípio, parte disso.

À primeira vista, o ciberespaço, formado na interação das pessoas na interface das mídias digitais, tem uma dimensão *pública* considerável, visível sobretudo nos *sites* e páginas da *Web*. A própria noção de “publicação” na internet representa esse ato de “tornar público” um determinado assunto, promovendo-o de algum modo a partir de sua exposição em um determinado site.

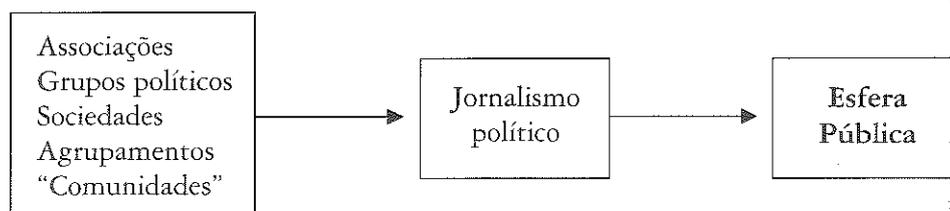
A presença de temas nas redes sociais, da mesma maneira, parece garantir essa possibilidade de dar *visibilidade pública* a uma determinada discussão, aumentando sua chance de exposição e, conseqüentemente, de discussão. A Esfera Pública, aliás, foi pensada primeiramente como um espaço de livre exposição e debate de idéias.

Origens e transformações da Esfera Pública

Habermas localiza a origem da Esfera Pública no século XVIII. Os espaços urbanos, como cafés, clubes e associações são o grande lugar de sua consolidação – a discussão pública sobre política ganha fôlego e se torna um dos pontos de partida para a Revolução Francesa.

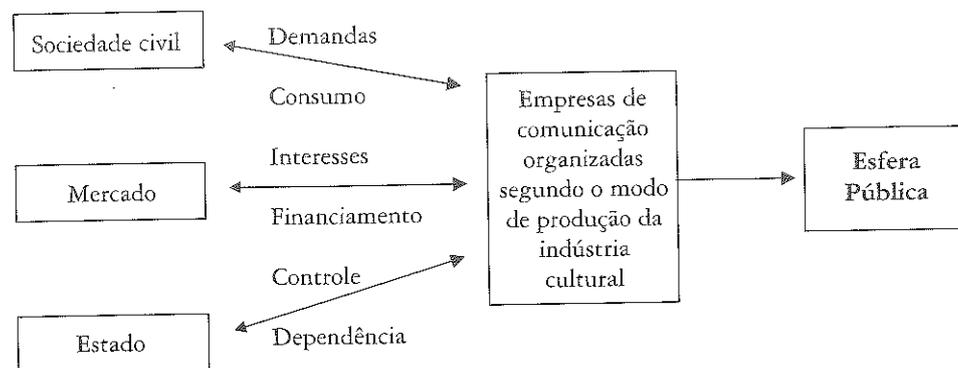
Assim, segundo o conceito clássico, a Esfera Pública é formada nos espaços públicos de discussão, e é povoada por idéias *tornadas públicas* a partir de sua divulgação via panfletos, jornais e livros. A entrada de temas na Esfera Pública depende, em boa medida, do uso de mídias responsáveis por dar publicidade – no sentido de “tornar público” – a temas que, por alguma razão, precisam ser colocados em discussão. Algo similar ao que pode ser feito em alguns ambientes da internet.

Século XVIII: A Esfera Pública “clássica”



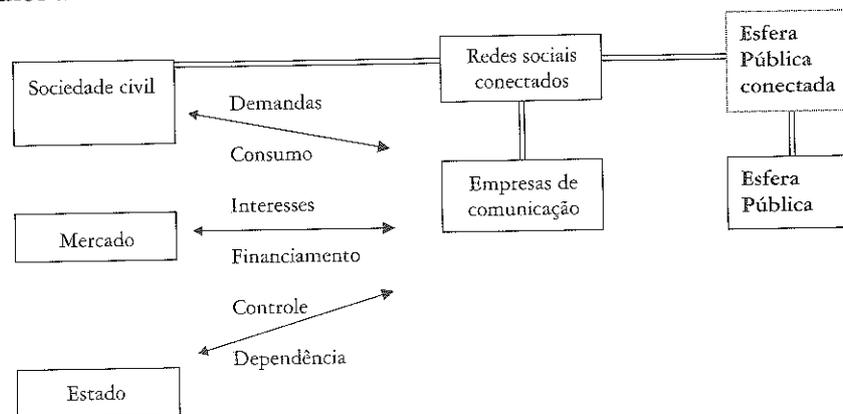
No entanto, na passagem do século XVIII para o XIX essa noção de Esfera Pública começa a enfrentar algumas contradições e problemas. O capitalismo se consolida como modelo econômico dominante, e os interesses de mercado começam a entrar em conflito com os interesses políticos. O jornalismo, até então um instrumento de ação político, progressivamente se transforma em uma mercadoria, produto elaborado pelas empresas de comunicação.

Século XIX: Esfera Pública, mercado e capitalismo



Como resultado, passa a haver uma tensão constante entre o interesse público e o interesse do mercado na constituição da Esfera Pública que, por sua vez, deixa de ser apenas um espaço de debates políticos para se converter em um lugar de disputa entre os interesses do Estado, das empresas e das corporações.

Séculos XX e XXI: Esfera Pública conectada?



Gráficos elaborados a partir de GOMES, W. & MAIA, R. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008. • HABERMAS, J. *Mudança estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. • HABERMAS, J. *Direito e democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

O público e o privado

A noção de Esfera Pública tem como uma de suas premissas básicas a distinção entre o que são assuntos *públicos* e os temas de discussão *particulares*. Não que essa divisão seja absolutamente rígida, mas trata-se de uma demarcação fundamental a respeito do que vem a ser, de fato, um tema próprio

da Esfera Pública. Essa divisão é decorrente de uma outra, também presente no cotidiano, referente à formação de *espaços públicos* e de *espaços privados*. Basicamente, a diferença diz respeito à *visibilidade* de cada um desses espaços.

Enquanto o espaço público é o espaço das ações visíveis, onde qualquer fato pode ser conhecido por todos, o lugar aonde, a princípio, *tudo é potencialmente visível*; o espaço particular é o lugar das coisas e das práticas que *não devem ser vistas*. É o espaço da intimidade, dos interditos, protegido do olhar público por cortinas e portas, no qual só é admitido quem for convidado. Aliás, a proteção do espaço privado é uma das bases da democracia moderna: ninguém, exceto com ordem judicial, pode entrar na casa de outra pessoa sem autorização.

A internet introduz uma outra dimensão nessa questão, mesclando, em muitos casos, as questões públicas e privadas por conta da exposição, cada vez maior, de detalhes da vida particular no espaço público digital.

Quando um indivíduo, por exemplo, tira uma foto do que está almoçando e coloca em uma rede social, está *tornando público* algo que, a princípio, pertence exclusivamente à esfera de preocupações particulares do indivíduo (e seria possível, de fato, questionar a relevância, fora de um círculo social bastante estreito, de saber o que outra pessoa está comendo ou observar as qualidades estéticas de um prato).

Ao mesmo tempo, a presença de temas particulares no espaço público virtual não deixa, em alguns casos, de ser relevante para a discussão de assuntos que ultrapassam a esfera individual, mas que nem sempre são trabalhados em público. As conversas em fóruns *online*, por exemplo, a respeito de preferências pessoais ou problemas de saúde raros encontra, na quebra de barreiras entre público e privado, uma chance de ser discutida para além das paredes do espaço particular.

Enquanto os temas da esfera particular, como o nome sugere, ficam restritos ao espaço das relações pessoais, as temáticas da Esfera Pública se caracterizam justamente por ultrapassarem essa barreira. Estão abertos à discussão pública, isto é, por todos os interessados.

Os temas da Esfera Pública

Essa divisão diz respeito muito mais à natureza dos temas do que propriamente à sua localização: um assunto privado pode se tornar um assunto público desde que seja do interesse de um grupo grande de pessoas, isto é,

desde que, por sua relevância, diga respeito à vida particular de vários outros indivíduos. Isso significa também que nem todos os temas discutidos em público fazem parte necessariamente da Esfera Pública: uma conversa sobre a vida de uma celebridade é um assunto público, mas, por conta da natureza do tema – considerações sobre a vida privada de outra pessoa –, não se trata de um tema de discussão.

Isso permite identificar um elemento-chave para a constituição da Esfera Pública: trata-se de um espaço de discussão de temas de caráter político, isto é, que dizem respeito ao indivíduo como cidadão dentro de um Estado regulado pelo Direito. Os temas da Esfera Pública se caracterizam pelo engajamento que provocam, ou deveriam provocar, nas pessoas. Não se trata, portanto, do simples interesse que um tema tem, mas da relevância que esse tema pode assumir dentro da democracia.

Essa distinção está presente também nos temas discutidos através das mídias digitais no ciberespaço. O fato de um tema se tornar público por conta de sua divulgação na internet não significa, de antemão, que ele faça parte de uma “Esfera Pública” virtual. Ao contrário, seria possível dizer que, da avalanche de informações presentes na rede, apenas uma pequena parte, de fato, poderia ser incluída entre os temas de discussão afinados com as perspectivas da proposta original de Habermas.

A repercussão das desilusões amorosas de uma celebridade nas redes sociais não é necessariamente um assunto da Esfera Pública; no entanto, se uma celebridade foi agredida por seu ex-namorado, o fato ultrapassa a barreira da vida pessoal e passa a fazer parte das discussões da Esfera Pública. A agressão não é uma curiosidade da vida da pessoa; trata-se de uma violação de direitos e, portanto, um problema de caráter público.

Os temas e argumentos presentes aí, aliás, só podem ser usados dentro de *normas de validade* que garantam sua pertinência. Vale lembrar que essas normas têm sua razão de ser: elas permitem avaliar não apenas se uma discussão é relevante, mas permitem avaliar também os rumos que ela toma – em outras palavras, ajudam o debate democrático a não se desviar do assunto.

A validade dos assuntos

As discussões na Esfera Pública, ao contrário de outros tipos de conversação, precisam observar alguns requisitos para terem validade. A aceita-

ção e o respeito a essas regras são elementos do que Habermas entende como a “racionalidade” de uma discussão – não é demais recordar que uma discussão não é uma briga, mas um debate entre pontos de vista diferentes tendo como objetivo algum entendimento.

Para isso acontecer, no entanto, é necessário garantir a *racionalidade* da discussão a partir de alguns critérios pontuais:

(a) Reconhecimento do interlocutor

Em um debate na Esfera Pública todos os participantes devem reconhecer mutuamente o direito igual de todos os outros de intervir e dar sua opinião. Se alguém, de antemão, desqualifica as considerações do outro (usando um argumento pouco racional como, digamos, “não falo com torcedores do Corinthians”), não é possível se buscar o entendimento.

As comunidades virtuais e os fóruns de discussão na internet enfrentam esse problema: o reconhecimento de interlocutores nem sempre acontece, e menos ainda em condições de igualdade. Como observou a pesquisadora Francine Altheman em um trabalho sobre deliberação no *YouTube*, muitas comunidades, por conta de suas propostas, são relativamente fechadas à participação externa: em um grupo intitulado “Eu detesto *rock*”, qual a possibilidade de participação de um fã dos Beatles? Isso leva ao segundo critério.

(b) Igualdade de condições de participação

Uma condição básica é que os interlocutores estejam em pé de igualdade, isto é, não pode haver hierarquias entre eles. A Esfera Pública prevê o livre debate de ideias, e dificilmente alguém se sentiria à vontade para dizer o que pensa quando se está em uma estrutura hierárquica – em uma empresa, por exemplo, dificilmente um operário vai dizer tudo o que pensa quando conversar com um diretor. Não há deliberação possível onde há relações de poder; ao contrário, as regras estipuladas por Habermas buscam justamente diminuir um pouco as tensões causadas pelo poder no livre-debate de ideias.

Neste ponto, a arquitetura horizontal da internet e mesmo, em certos casos, a possibilidade de anonimato tornam-se recursos fundamentais para a adequação a este critério.

(c) Respeito às regras

Os debates na Esfera Pública são pautados por regras que devem ser obedecidas por todos – quem vai falar, em que ordem, com quais direitos de

réplica, e assim por diante. Entende-se que a alteração em qualquer uma delas imediatamente desqualifica o interlocutor para o debate.

Assim, em um fórum *online* de discussão, nem todas as conversas são, de fato, *argumentos*: quando um participante desvia o assunto ou começa a fazer ataques pessoais a outro indivíduo (algo, ironicamente, facilitado pela mesma arquitetura horizontal e anonimato que permitem a igualdade), a discussão deixa de existir nos moldes de uma Esfera Pública.

A racionalidade da argumentação na Esfera Pública

Os debates da Esfera Pública se pautam pelo uso de argumentos racionais, isto é, que sejam fundamentados na razão e, por conta disso, possam ser aceitos por todos os interlocutores envolvidos. A racionalidade da argumentação depende, entre outros fatores, de sua base. Um argumento baseado em evidências, fatos e demonstrações tende a ser visto como “racional”, enquanto discussões pautadas na emoção, em crenças ou paixões não teriam a mesma validade.

Habermas parte do princípio de que, em uma conversa, seres humanos são capazes de colocar suas emoções, crenças e sentimentos de lado e procurar os fatos e os argumentos. Discussões sobre futebol, por exemplo, geralmente são passionais. No entanto, para decidir sobre um lance duvidoso, será necessário deixar de lado a paixão pelo time e procurar investigar racionalmente a situação. (Habermas aparentemente não leva em consideração que nem todo mundo consegue separar as coisas.)

Se, em um debate sobre violência urbana, um dos interlocutores garantir que os criminosos são inspirados por alienígenas, seu argumento será imediatamente desqualificado – não se trata de estar certo ou errado, seu argumento simplesmente *foge aos limites da razão* e, portanto, não pode ser contrariado em termos racionais. É uma questão de crença na existência de *aliens*, a respeito dos quais não há nenhuma evidência. Ao menos até agora.

Isso significa também que, na Esfera Pública, uma das condições de discussão é a busca pelo *entendimento*, não pela *vitória* no debate. É preciso que os interlocutores, de fato, procurem uma solução para as questões e não se empenhem apenas a derrotar a parte contrária. Habermas, aliás, faz uma diferença entre o que chama de “ação comunicativa”, isto é, aquela voltada para o entendimento, e a “ação estratégica”, feita apenas com o objetivo de vencer.

A Esfera Pública, nesse sentido, tem uma dimensão moral: ao participar de uma discussão na Esfera Pública, os participantes devem jogar aberto, deixando claro quais são seus interesses, suas propostas e objetivos. Esconder os interesses, usar estratégias retóricas para desqualificar o adversário ou tentar acabar com a discussão quando se está em desvantagem implodem as possibilidades de deliberação.

Até que ponto essas condições existem e podem ser respeitadas no ambiente da internet é uma questão que divide pesquisadores tanto da comunicação quanto da política. Vale explorar brevemente esses argumentos.

A política da sociedade em rede: Manuel Castells

Quando estourou a crise econômica mundial de 2008, eu estudava na Universidade de East Anglia, em Norwich, Inglaterra. Boa parte do orçamento estava no Brasil, em reais. Para chegar lá, era convertido em dólares e depois em libras. Da noite para o dia entendi a noção de “economia global”. Quando as bolsas de Tóquio e Hong-Kong fechavam, seus resultados influenciariam a de Nova York, que estava abrindo. As mesmas empresas operavam em vários pontos do planeta, e as informações de um lugar afetavam, em efeito dominó, todos os outros. Na prática, o valor do dinheiro mudava todos os dias.

Insegurança, informações, fluxo, instabilidade: palavras-chave de uma sociedade em rede.

Ao publicar, em 1996, o primeiro volume da trilogia *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, intitulado *A sociedade em rede*, Manuel Castells tinha uma trajetória consolidada como cientista social. Sua aproximação com a comunicação mediada por computador, mídias digitais e ciberespaço se enquadra em uma tentativa ampla de entender como as relações de trabalho, o capitalismo, a cultura e os relacionamentos se configuram na atualidade.

Castells não é um teórico da internet ou das mídias digitais, mas procura entender uma sociedade na qual esses elementos são proeminentes. Em *Communication Power*, trabalho publicado em 2010, seu foco continua tendo como elemento central as relações sociais de poder. No caso, construídas a partir da comunicação.

É a partir da observação minuciosa de acontecimentos sociais que Castells constrói seus argumentos sobre a sociedade contemporânea, na qual ocupa um lugar importante as relações de comunicação em rede.

Redes sociais e sociedade em rede

Uma rede é um conjunto de pontos, os “nós”, interconectados. Ou seja, elementos que se *comunicam* entre si – e, por conta disso, toda rede é uma estrutura complexa de comunicação, na qual os vários nós interagem em múltiplas ligações. Nas palavras de Castells, o que as constitui, em primeiro lugar, é a *unidade de objetivos* de seus participantes, mas também a *flexibilidade* dessas relações.

Nas redes, os pontos ou nós podem ser qualquer coisa.

Em uma rede social digital, por exemplo, cada pessoa é um nó. Cada página ou comunidade, por sua vez, é outro nó. E, finalmente, o *site* de uma rede social é uma espécie de “nó de nós”, mas, ao mesmo tempo, também é um nó quando pensado no conjunto da internet – que, não custa lembrar, é uma “rede de redes”. A interconexão entre os nós é uma característica fundamental de qualquer rede. A organização em rede tem três características principais:

Flexibilidade: capacidade de aumentar ou diminuir o número de conexões.

Escala: habilidade de mudar de tamanho sem ter suas características principais afetadas.

Sobrevivência: por não terem um centro, redes podem operar em vários tipos de configuração.

Redes são estruturas abertas e em movimento. Sua forma está mudando o tempo todo conforme suas características específicas. A noção de *movimento* é fundamental para se entender a questão.

O número de pessoas que se conecta à página de uma novela ou *reality show* em uma rede social conectada, por exemplo, pode acompanhar o desenvolvimento da trama. Além disso, o *grau* de participação pode igualmente mudar de uma hora para outra.

As fronteiras de uma rede são estabelecidas pelas conexões entre os nós. Como essas conexões podem ser criadas ou eliminadas a qualquer momento, os limites de uma rede estão sempre mudando – redes podem crescer ou diminuir de acordo com o número de nós que se conecta/desconecta a elas.

Redes costumam passar por cima de limites estabelecidos. Como as conexões em geral são criadas a partir de *objetivos* comuns, a reunião de “nós”, sejam pessoas, grupos, corporações ou mesmo países não obedece a nenhuma fronteira prévia.

a,
ja
n
o
i-
a
e
p,
o
a
n
.
-
s
o
?
7

Em escala macro, por exemplo, as grandes corporações, por exemplo, ultrapassam com facilidade as fronteiras nacionais na expansão de seus negócios; ao mesmo tempo, em escala micro, movimentos sociais ultrapassam fronteiras políticas, bem como distâncias locais, conectando interessados em mudanças – em uma sociedade em rede, o poder é exercido também a partir de redes. Ou, nas palavras de Castells, “o poder, na sociedade em rede, é o poder de comunicação”.

A economia em rede

O modelo de rede é particularmente bem-adaptado para as configurações do capitalismo contemporâneo. Redes são uma forma de organização caracterizada exatamente pela flexibilidade de seus componentes. Podem se expandir, se reconfigurar, alterar a disposição de seus elementos – redes costumam ser modulares – e se adaptar a diversos contextos sem necessariamente perder suas características básicas.

A circulação de informações encontra nas redes o melhor tipo de arquitetura. A velocidade da circulação de informações significa também que *novidades* estão presentes o tempo todo, gerando como padrão uma instabilidade constante. Qualquer informação pode ser alterada, complementada ou cancelada por uma nova, muitas vezes sem deixar indícios dos caminhos seguidos.

Redes são móveis. Não por acaso, uma estrutura que se adequa perfeitamente às características da economia política contemporânea – o que Castells denomina “capitalismo informacional”.

A produção, troca, organização e consumo de informações é uma das características principais do mundo contemporâneo. Dados e informações, em alguma medida, tornam-se os bens mais preciosos na sociedade na medida em que, a partir disso, inúmeras decisões, com alcance global, podem ser tomadas.

Se o controle das informações quase sempre foi visto como um problema de segurança, torna-se atualmente uma das preocupações fundamentais de Estados, corporações e mesmo de indivíduos. É a partir da informação que o sistema capitalista contemporâneo se organiza.

E por que um bem imaterial como a informação se reveste dessa importância? A resposta pode ser localizada nas características do capitalismo contemporâneo em comparação com o de outras épocas.

Se, na Revolução Industrial, as informações eram usadas para controlar a tecnologia e para a criação de bens, lembra Castells, na Revolução da Informação as informações são usadas para produzir mais informações – desde os bens simbólicos produzidos pela indústria cultural até os produtos de consumo cotidiano, adaptados a gostos e necessidades específicas.

Globalização e sociedade em rede

Outro marco importante nesse contexto é o alcance global das ações políticas e econômicas – um fenômeno batizado posteriormente de *globalização*. Em um mundo globalizado, os fluxos de troca de produtos, de consumo e do capital não respeitam fronteiras nacionais; articulam-se, nem sempre de maneira tranquila, com culturas locais, criam novos hábitos e impõem uma lógica da racionalidade ocidental a todos os pontos em que for possível chegar.

A demanda por informações nessa economia torna-se tanto maior quanto mais amplo forem os espaços de ação do capitalismo. A economia em rede implica mudanças tanto internas quanto externas nas organizações e empresas. A “multinacional”, termo que algumas vezes serve de eufemismo para designar empresas com sedes muito bem estabelecidas em um país, insere-se em uma torrente de informações considerável, responsável por seu sucesso ou fracasso em poucos segundos – nas crises econômicas globais isso pode ser facilmente verificado.

Os laços de trabalho, na economia da informação, são frágeis, se formando e desmanchando com a velocidade dos fluxos de dados. A migração do capital, orientado pelos fluxos de informação, não parece se preocupar com os rastros que deixa.

E, mais ainda, na medida em que se estruturam sobre redes de informação e atuação supranacionais, derivadas em alguma medida da expansão política e de mercados, a globalização esbarra em resistências – e, se para alguns as fronteiras nacionais podem ter perdido o sentido, para outros esses significados ganham mais força dentro da noção de *identidade*.

Identidades, redes e economia da informação

O aparente triunfo do capitalismo ocidental, no final do século XX, no entanto, logo se viu diante do desafio de lidar com identidades locais em um mundo global. O final da Guerra Fria deu mais espaço para o problema dos fundamentalismos, que se apresentam, em certa medida, como uma espécie

de antítese da globalização – não obstante utilizarem-se, em alguns casos, das mesmas redes de informação.

Aliás, a descentralização dos fundamentalismos, o alcance local com repercussão global de algumas de suas ações e sua velocidade são igualmente adaptados a uma sociedade em rede, levantando um problema a mais, a identidade.

Identidades, sejam pessoais ou coletivas, costumam se organizar a partir de vínculos que reúnem indivíduos a partir de algum traço, mais forte ou mais fraco, em comum. Além disso, são organizadas também sobre a noção de *diferença*: eu *sou* alguém porque *não sou* algum outro. A diferença estabelece os limites da identidade. Esses limites podem ser bastante fluidos, transformando-se de acordo com as experiências do indivíduo, suas reflexões e sua trajetória de vida.

Em uma sociedade em rede, global, a reafirmação dos elementos de identidade e o estabelecimento de fronteiras baseadas na diferença ganham importância na medida em que elementos fundamentais da identidade, como a cultura, a arte e as práticas sociais, são integrados em perspectiva global.

As mestiçagens, os hibridismos e as mesclas são um resultado dessa articulação, mas o fundamentalismo e mesmo a violência contra o diferente também podem ser consequências extremas dessa relação e de uma visão de mundo.

A cultura da virtualidade real

As representações que os seres humanos fazem da realidade são um dos principais elementos responsáveis para a constituição dessa mesma realidade.

A humanidade está imersa em uma trama simbólica de representações. Na medida em que essa trama não existe, de fato, se não como símbolos compartilhados entre seres humanos, essa realidade sempre foi, de algum modo, *virtual*. Assim, falar de uma “realidade virtual” seria falar de toda a história do imaginário humano.

A diferença específica de uma era pautada na comunicação mediada por computador é a maneira como todas essas representações podem ser apropriadas nos meios digitais. A realidade, seja do mundo concreto quanto das representações e narrativas, é capturada e reorganizada nas mídias digitais, tornando-se parte de um imenso universo de conexões, módulos e informações – e, principalmente, voltando a fazer parte da realidade de onde veio. Essa ligação contínua entre real e virtual é denominada por Castells “cultura da virtualidade real”.

Mais do que seria uma “realidade virtual”, na qual o indivíduo só poderia entrar com o auxílio de um dispositivo eletrônico, a noção de “virtualidade real” parte do princípio de que não existem fronteiras entre esses dois termos, “virtual” e “real”: não precisamos de nenhum equipamento de ficção científica para estar lá – basta estarmos próximos de uma tela digital, seja a do computador, do *tablet* ou do celular.

Essa quebra permite uma contínua migração de ideias, práticas e conceitos entre os mundos “real” e “virtual”, em uma interação não isenta de contradições, e sempre esbarrando em outras questões, como o controle político e as ações econômicas presentes nas redes.

No sistema modular das mídias digitais, dados importantes disputam espaço com comentários inócuos, notícias relevantes para toda uma comunidade estão lado a lado com outras de qualquer espécie. Essa confluência decorre de todos usarem a mesma lógica digital. No exemplo do autor, na p. 394 de *A sociedade em rede*, há uma “troca de códigos” entre essas produções, tendo como resultado que “programas interativos parecem *videogames*; noticiários são construídos como espetáculos audiovisuais”.

Isso leva à compreensão de um dos elementos centrais de uma sociedade em rede: a linguagem universal das mídias digitais, lembra Castells na p. 375 desse livro, bem como a lógica do sistema, permitiram a formação de uma comunicação horizontal, próxima do sentido da palavra “rede”, desenvolvida ao mesmo tempo em que a produção, o trabalho, a política e a cultura também se organizavam dessa maneira.

Comunicação pessoal de massa e a audiência criativa

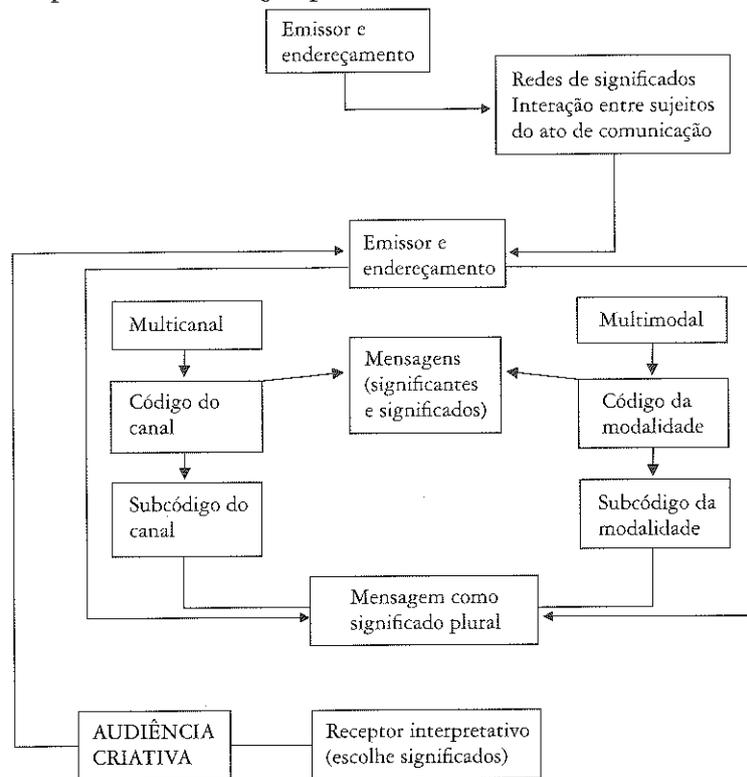
Castells define esse tipo de interação como “comunicação pessoal de massa” (*mass self-communication*). Herda da comunicação de massa a potencialidade de alcançar uma incontável quantidade de pessoas. Ao mesmo tempo, trata-se em geral de uma criação individual, direcionada a uma rede de público com interesses comuns mais do que uma audiência de massa.

Nas palavras de Castells, “as três formas de comunicação – interpessoal, de massa e pessoal de massa – coexistem, interagem e complementam-se mutuamente”. Essa interação acontece, para ele, no hipertexto digital, que combina esses elementos, apesar e por conta de sua diversidade, em um único plano. Na “nuvem de tecnologias”, as intersecções são contínuas e a

divisão entre as noções de “público” e “produtor”, nesse cenário, são parcialmente apagadas.

Isso não significa o fim das grandes corporações produtoras de mídia. A indústria cultural se expande igualmente nos meios digitais, abrindo frentes de criação e distribuição de bens culturais e procurando, por seu turno, adaptar os ambientes virtuais à sua lógica de mercado. Isso significa, por exemplo, o uso de qualquer espaço possível em *blogs*, *sites* e redes sociais para propaganda. A flexibilidade do capitalismo informacional torna possível esse tipo de adequação – e também, por outro lado, abre outras fronteiras para resistência.

A criatividade da audiência na internet está entre elas, e desafia qualquer separação entre “indústria cultural” e “público”, ou entre “corporações de mídia” e “audiência”. A audiência criativa é *ao mesmo tempo* parte de uma lógica comercial, vinculada às grandes corporações da indústria cultural, e parte de uma lógica criativa do público, entendido agora como a unidade de um binômio emissor-receptor. A partir disso, Castells propõe um modelo de estudos para a comunicação pessoal de massa:



CASTELLS, M. *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 131.

Emissores e receptores compartilham o mesmo ambiente simbólico, interagindo nas redes de significado presentes em seu interior. Todos os emissores são potencialmente receptores e vice-versa. As mensagens compartilhadas são, ao mesmo tempo, multimodais e multicanais, isto é, usam várias tecnologias de comunicação, como celulares, televisão e os ambientes da internet (*multimodalidade*) e são distribuídos em diversos canais dentro de cada tecnologia, como as várias emissoras de TV, rádio e os inúmeros *sites*. Cada modo, assim como cada canal, usa seus próprios códigos e subcódigos, isto é, seus próprios elementos, para criar a mensagem.

No entanto, como não há divisão entre emissores e receptores, cada indivíduo vai negociar os significados das mensagens que recebe pensando também nas que transmite, e como vai compartilhar isso nas redes às quais pertence. Emissores-receptores formam redes de comunicação nas quais as mensagens são discutidas, ressignificadas e reelaboradas; na sociedade em rede, a "recepção" é uma produção-recepção em rede.

Esse modelo permite entender, por exemplo, as formas de recepção de um programa de televisão em uma sociedade em rede. Uma telenovela continua sendo produzida por uma grande corporação de mídia. Sua transmissão geralmente é via TV aberta para um público amplo. No entanto, há diferenças importantes. As pessoas responsáveis pela criação, do autor ao pessoal técnico, passando pela direção da emissora e pelos atores, vivem em um mundo conectado. Estão ligados diretamente ao público, com o qual interagem.

Quando a mensagem atinge o público, em várias modalidades e canais, ela é apropriada por indivíduos igualmente conectados, que tendem a discutir os conteúdos com suas redes de contato, extraíndo significados compartilhados e abrindo espaço para várias formas de compreensão. A mensagem multimodal e multicanal da emissora, embora ainda guarde resquícios de uma certa verticalidade, é articulada com a horizontalidade das redes.

A recriação da mensagem, por conta das facilidades de produção decorrentes das mídias digitais, pode resultar em novas produções – desde sátiras e paródias até versões completamente diferentes do original.

O triunfo da audiência criativa não deixa de ser também um aspecto dos fluxos de informação do capitalismo informacional: de certo modo, não deixa de ser um antigo sonho dos produtores – conhecer as opiniões da audiência sem ter que fazer pesquisas muito detalhadas.

e-
p-
a-
as
da
de
s.
s,
l-
o
is
s
n
D
R
T
P
L
}

As contradições e paradoxos da sociedade em rede permitem a Castells fazer uma análise crítica, mas balanceada, das potencialidades e limites da comunicação dentro de um complexo sistema político, econômico e informacional caracterizado pelo *fluxo* e pela *variação*. Suas análises derivam para questões sociais e remetem a um considerável número de informações. E ajudam a observar os vários lados das ações humanas em um ambiente complexo e, em certa medida, inexplorado.

© *Em rede*

CASTELLS, M. *Communication Power*. Cambridge, MA: MIT, 2010.

_____. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.